

CANDIDATURA AO PROGRAMA 1º DIREITO	
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA E DE CONSENTIMENTO (Beneficiários Diretos)	
I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE :	
Nome completo: _____	
Número de identificação civil: _____	
Documento de identificação: <input type="checkbox"/> Cartão do Cidadão <input type="checkbox"/> BI <input type="checkbox"/> Título de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____ emitido em: __ / __ / ____ Por: _____	
Número de identificação fiscal: _____	
Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro/a <input type="checkbox"/> Divorciado/a <input type="checkbox"/> Viúvo/a <input type="checkbox"/> Unido/a de facto <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Casado/a, em regime de: _____ Com: _____ Número de identificação civil: _____ Documento de identificação: <input type="checkbox"/> Cartão do Cidadão <input type="checkbox"/> BI <input type="checkbox"/> Título de residência <input type="checkbox"/> Outro: _____ Emitido em: __ / __ / ____ Por: _____	
II - AUTORIZAÇÃO :	
<p>Para efeitos de candidatura ao Programa 1.º Direito, venho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Declarar sob compromisso de honra, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, que nem eu nem nenhum dos elementos do meu agregado habitacional possui qualquer património imobiliário, não sendo detentores de títulos, como de propriedade, usufruto ou arrendamento, que me confira e ao meu agregado o direito a utilizar uma habitação adequada, nem um património mobiliário superior a 7,5 % do limite previsto n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, neste momento, correspondente a 240 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais; - Autorizar a confirmação pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P (IHRU, I.P.), junto das autoridades competentes, designadamente da Autoridade Tributária (AT), da informação constante dos elementos instrutórios, como seja a relativa aos meus rendimentos, de acordo com o disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, e na alínea c) do n.º 2 do art.º 6.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua atual redação; e - Declarar que tenho pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações constitui fundamento de resolução do contrato e de pagamento das quantias indevidamente recebidas, acrescidas de juros pela mora desde a data da respetiva disponibilização, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que daí possa decorrer e demais sanções aplicáveis. 	
III - ASSINATURA:	
Local: _____ Data: ____ / ____ / _____	